



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



Resolução nº 011/20, de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a informatização do processo legislativo municipal, autoriza a contratação de empresa da área de tecnologia da informação, para implantação de processo legislativo eletrônico e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul;

Faço saber que o Plenário aprovou e Eu sanciono e Promulgo a seguinte Resolução.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizado o uso de meio eletrônico na tramitação de proposições junto ao Poder Legislativo Municipal, bem como a respectiva comunicação e transmissão de atos legislativos.

§ 1º A partir da implantação do sistema que trata o presente artigo, as proposições, seja elas de origem do Legislativo, do Executivo ou de Iniciativa Popular, serão protocoladas pela via eletrônica, passando a respectiva tramitação, as deliberações das Comissões e do Plenário serem processadas por meio eletrônico, devidamente registradas no próprio sistema e disponibilizadas via rede mundial de computadores.

§ 2º As proposições, pareceres e demais documentos serão assinados eletronicamente, por meio do login e senha de cada Agente Político ou Servidor Habilitado, previamente cadastrado.

§ 3º A senha que permitirá o acesso e o uso do sistema, será secreta e escolhida pelo respectivo Agente Político, Servidor Habilitado e ou Usuário cadastrado e, será gravada no sistema para uso da própria pessoa, sendo intransferível e de seu exclusivo conhecimento e responsabilidade.

Art. 2º Fica autorizado a realização das Reuniões das Comissões Permanentes por meio de reunião virtual, devendo serem reguladas por ato da Mesa Diretora, com a concordância da Presidência da respectiva Comissão.

Parágrafo único. O Ato que normatizar a realização de reuniões pela via virtual, regulará o período de duração das respectivas reuniões. Art. 3º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a contratar empresa da área de tecnologia da informação, para implantação de sistema que permita a realização dos processos legislativos pela via eletrônico, bem como para o respectivo armazenamento dos dados.

§ 1º O sistema a ser contratado pelo respectivo Poder deverá ser acessível, ininterruptamente, por meio da rede mundial de computadores, de forma a assegurar o livre acesso à informação, inclusive a todos os interessados, conforme estabelece a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



§ 2º Quando se fizer necessário a interrupção do acesso ao sistema para manutenções, deverá ser devidamente registrado tal ocorrência, bem como ser realizado preferencialmente em dias que não haja a realização de sessões plenárias.

§ 3º Havendo interrupção do acesso ao sistema, por motivos de falhas na distribuição de sinal de internet, de distribuição de energia ou outro fator relevante, em dias de sessões plenárias e ou de reuniões de comissões, as mesmas poderão ser adiadas, prorrogadas ou canceladas por ato da Mesa Diretora.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 4º Fica autorizado o Poder Legislativo a tomar medidas administrativas visando a prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Câmara Municipal de Vereadores, podendo para isso, durante a permanência de estado de calamidade pública no Território do Estado do Rio Grande do Sul, utilizar de meios tecnológicos que permitam a realização de suas atividades à distância, mantendo os atendimentos presencial ao público, apenas referente aos serviços essenciais, observada a manutenção do serviço público.

§ 1º Havendo necessidade de contratação de empresa da área de tecnologia para implantação de sistema que possam possibilitar o desempenho das atividades à distância, o respectivo Poder, deverá contratar empresa que, preferencialmente, possa efetuar a implantação e treinamento a distância.

§ 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública que trata o caput, fica autorizado a realização das reuniões das Comissões e as Sessões do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores por meio eletrônico, a distância, que serão realizadas nos mesmos dias e horários já definidos na Lei Orgânica do Município, bem como no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º Durante o respectivo período que trata o caput deste artigo, deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para evitar a circulação, o encaminhamento e o recebimento, no âmbito da administração pública municipal, de proposições/projetos físicos, exceto os considerados urgentes até a implantação do respectivo sistema.

Art. 5º É de responsabilidade da Câmara Municipal de Vereadores providenciar equipamento eletrônico (computador, notebook, tablete, celular smartphones, televisor ou datashow) compatível, bem como o acesso a rede de internet para o uso do sistema eletrônico a ser disponibilizado pelo Poder Legislativo, para a realização de sua atividade à distância.

Art. 6º Fica o respectivo Poder autorizado a dispensa de licitação para a contratação de empresa para o fornecimento de sistema eletrônico para o atendimento dos objetivos da presente lei, com base no que dispõe o Art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

§ 1ª A autorização de dispensa de licitação fundamenta-se pela necessidade em evitar a circulação de pessoas, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde e também dos Órgãos Nacionais da Área da Saúde, como forma de conter a propagação de infecção e transmissão local do Covid-19, visando a preservação da saúde de toda a população local.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



§ 2º A contratação com dispensa de licitação que trata o caput, fica limitado ao valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para licença de uso do sistema, pelo período mínimo de 12 meses.

Art. 7º Fica o respectivo Poder Autorizado a efetuar suplementação orçamentária e ou abertura de crédito especial, até o valor que trata o § 2º do Art. 6º da presente Resolução, mediante Decreto ou por meio de Ato da Mesa Diretora da Casa Legislativa, para a cobertura das despesas em decorrência desta lei.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Esta Resolução poderá ser complementada no que couber, por meio de Resolução ou Ato da Mesa Diretora.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo que as disposições contidas no CAPÍTULO II, terão validade durante o período que perdurar a situação de calamidade/emergência decorrentes dos danos causados pelo Covid-19, ficando suspensa durante o respectivo período, as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CÂMARA DE
VEREADORES DE REDENTORA. 04 de agosto de 2020.

Vereador Osmar Viana dos Santos

Presidente

Registre-se e Publique

Vereador Lairtom Mello

1º Secretário